

A . I. N° - 281074.0009/09-4
AUTUADO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA.
AUTUANTE - JEZONIAS CARVALHO GOMES
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 14.10.09

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0348-04/09

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ÁLCOOL HIDRATADO. OPERAÇÃO REALIZADA SEM A RETENÇÃO DO IMPOSTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou comprovado que o recolhimento do imposto foi feito após o início da ação fiscal o que elimina o caráter de espontaneidade do seu pagamento, sendo devido os valores correspondentes da multa e acréscimos legais. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 06/02/09 para exigir ICMS no valor de R\$ 1.020,84, acrescido de multa de 60%, em decorrência da falta de retenção do imposto na operação de saída de mercadoria sujeita à antecipação tributária. Consta, na descrição dos fatos que “Falta de comprovante de recolhimento do ICMS antecipação dos DANFEs (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) nº 10929 e 10930, referente a 10.000 litros de álcool hidratado”.

O autuado, na defesa apresentada às fls. 17/19, inicialmente discorre sobre a infração, sobre a tempestividade da impugnação e esclarece que efetuou o recolhimento de ICMS devido por substituição tributária relativo à comercialização de álcool hidratado, apenas o fez com atraso, como se pode verificar, a partir do Relatório de Vendas Interestaduais a Revendedores ora juntado ao processo onde demonstra que os citados DANFEs encontram-se ali inseridos no montante do imposto retido no mês de fevereiro/09 totalizando R\$ 133.156,48 acrescido de R\$ 14.016,47 referente ao adicional do Fundo de Pobreza.

Diz que junta ao processo, cópia do DAE com os valores corretos recolhidos e informa que tendo esclarecido à fiscalização que o recolhimento do imposto exigido já tinha sido recolhido, foi orientado para que recolhesse a multa pelo pagamento em atraso, o que foi feito conforme DAE juntado à fl. 51, dentro do prazo de trinta dias contados da lavratura do Auto de Infração.

Por fim, diz que o crédito tributário foi extinto pelo pagamento nos termos do art. 156, I do Código Tributário Nacional (CTN) e requer o arquivamento do processo.

Na informação fiscal prestada às fls. 55 a 56 o autuante esclarece que no dia 06/02/09 constatou que o contribuinte transportava mercadoria sujeita a antecipação tributária através DANFEs n^{os} 10929 e 10930, desacompanhada de DAE ou certificado de crédito, infringindo o disposto no art. 126, IV, parágrafo único do RICMS/BA.

Discorre sobre a alteração na denominação do sujeito passivo para COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES e que foram anexados aos autos cópia do DANFE, dos DAEs do ICMS e do Fundo de Pobreza, além da multa com a redução prevista.

Pondera que recolhendo tais parcelas, a ação fiscal cumpriu seus objetivos com a efetivação do pagamento do imposto e da multa; entende que o processo esteja concluído com o pagamento, o auto de infração extinto por pagamento.

A Secretaria do CONSEF juntou à fl. 58, cópia do detalhamento do pagamento da multa.

VOTO

O Auto de Infração trata da exigência de ICMS referente à falta de recolhimento do ICMS-ST relativo a mercadorias que estavam sendo transportadas (álcool) sem DAE.

O autuado, na sua impugnação, contestou a acusação de que não procedeu à retenção do imposto, afirma ter recolhido com atraso e que já promoveu o pagamento do valor da multa devida pelo atraso no recolhimento e requer o arquivamento do processo.

Por sua vez, o autuante diz que foram anexadas ao processo cópias dos DANFES, dos DAEs do ICMS e do Fundo de Pobreza, além da multa com a redução prevista. Pondera que com o recolhimento de tais parcelas, o processo esteja concluído e o crédito tributário extinto por pagamento.

Pela análise dos elementos contidos no processo verifico que:

- a) O TAO (Termo de Apreensão e Ocorrências) foi lavrado no dia 06/02/09 (fl. 05) e indica a falta de comprovante de recolhimento do ICMS antecipado dos DANFES nºs 10929 e 10930, de 05.02.09.
- b) Os DANFES nºs 10929 e 10930, fls. 08 e 09 indicam o valor do ICMS-ST - \$1.020,84.
- c) O Relatório de Vendas Interestaduais a Revendedores juntado com a defesa (fls. 40/54) inclui os referidos DANFES totalizando R\$ 1.020,84 de ICMS-ST, tendo sido recolhido o valor de R\$ 119.140,01 (fl. 34) e R\$ 14.016,47 em 09/03/09 (fl. 35), respectivamente ICMS-ST e Fundo de Pobreza.
- d) Foi juntado DAE à fl. 52 no qual o autuado recolheu em 20/04/09 o valor de R\$ 122,50 com indicação de “PAGAMENTO DA MULTA COM REDUÇÃO. O IMPOSTO SERÁ OBJETO DE DEFESA”.

Em se tratando de operação de venda de álcool etílico hidratado combustível, o art. 126, IV do RICMS/BA estabelece que:

Art. 126. O imposto a ser recolhido pelo responsável em decorrência de substituição tributária por antecipação será pago:

...

IV - nas operações de saída de álcool etílico hidratado combustível (AEHC), e de álcool a granel, não destinado ao uso automotivo, no momento da saída das mercadorias.

Parágrafo único. Nas hipóteses do inciso IV, os contribuintes poderão, mediante autorização competente, recolher o imposto decorrente de substituição tributária por antecipação até o dia 15 do mês subsequente ao das operações, sendo que:

I – quando industriais, mediante autorização do Diretor da Administração Tributária do domicílio fiscal do contribuinte, após parecer técnico da COPEC;

II – quando distribuidores de combustíveis, mediante autorização da COPEC.

Pelo exposto, em se tratando de operação de comercialização de álcool hidratado – granel, o ICMS-ST deveria ter sido recolhido “no momento da saída das mercadorias” e tendo sido constatado pela fiscalização o transporte da mercadoria sem o comprovante do pagamento do imposto correspondente é correto a exigência do imposto acrescido de multa e acréscimos legais.

Ressalto que o autuado não carrou ao processo prova de que possui autorização para recolhimento no dia 15 ao mês subsequente ao das operações, conforme previsto no art. 126, Parágrafo Único do RICMS/BA.

Dessa forma, restou comprovado que o valor do imposto ora exigido foi recolhido no dia 09/03/09 depois do início da ação fiscal e não no momento da saída das mercadorias como previsto na legislação do ICMS, não podendo ser acatado o pedido de extinção do processo, tendo em vista que os valores recolhidos não correspondem ao total do débito ora exigido. Portanto deve ser mantida a autuação na sua integralidade.

Saliento que para efeito de apuração do montante exigido, deve ser atualizado o débito original de 09/02/09 até 09/03/09, deduzir o valor recolhido em 09/03/09 (R\$ 1.020,84 – fls. 34/35) e do valor remanescente devido considerar atualização até 20/04/09 deduzindo o valor recolhido de R\$ 122,50 (fl. 37).

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281074.0009/09-4**, lavrado contra **ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.020,84**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “e”, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de outubro de 2009.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR